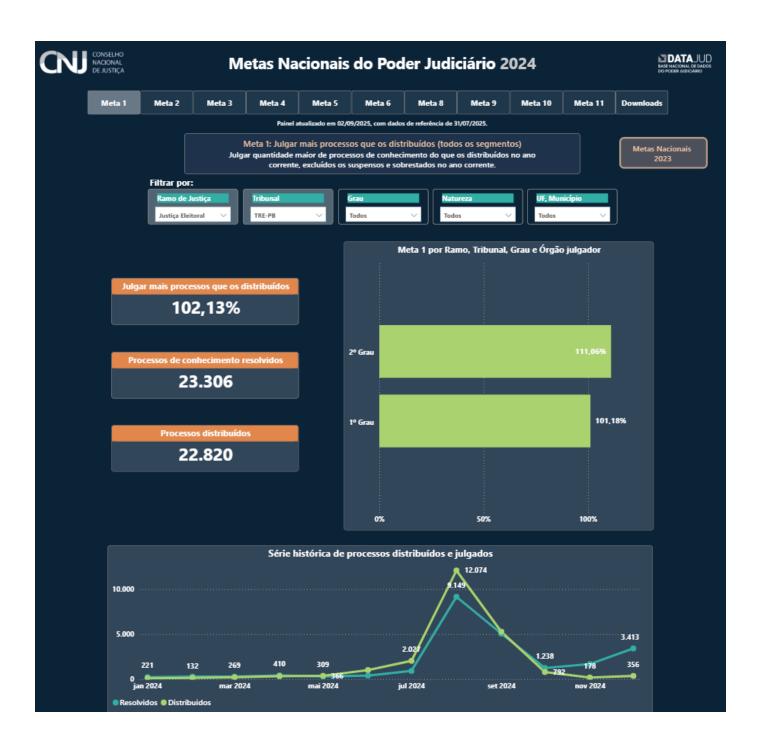
Painel de Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024 atualizado em 02/09/2025





Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024



Meta 2 Meta 11 Downloads Meta 1 Meta 3 Meta 4 Meta 5 Meta 6 Meta 8 Meta 9 Meta 10

Painel atualizado em 02/09/2025, com dados de referência de 31/07/2025.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos (todos os segmentos)

Identificar e julgar até 31/12/2024:

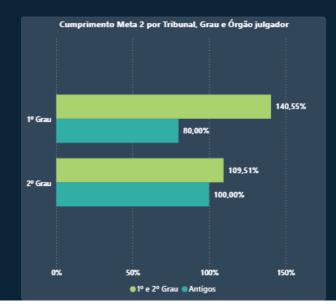
- Superior Tribunal de Justiça: 100% dos processos distribuídos até 31/12/2017.
 Tribunal Superior do Trabalho: todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há pelo menos 4 anos (2020) ou mais, e pelo menos 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021.
- Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º grau, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 2º grau, 90% dos

Justiça Estaduai: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos processos distribuídos até 31/12/2021 nos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 14 anos (2010) ou mais.
 Justiça Federal: FAIXA 1 (TRF1 e TRF6): todos os processos pendentes de julgamento há 14 anos (2010), 85% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º e 2º grau e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais; e Faixa 2 (TRF2, TRF3, TRF4 e TRF5): todos os processos pendentes de julgamento há 9 anos (2015) e 85% dos processos distribuídos até 31/12/2020 no 1º e 2º grau; e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos Juizados Especiais Federais e nas Turmas Recursais.
 Justiça do Trabalho: pelo menos, 93% dos processos distribuídos até 31/12/2022, nos 1º e 2º graus e 98% dos processos pendentes de julgamento há 4 anos

- (2020) ou mais.
- Justiça Eleitoral: 70% dos processos distribuídos até 31/12/2022 e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 6 anos (2018) ou mais.
 Justiça Militar da União: todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 5 anos (2019) ou mais e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nas Auditorias e 99% dos processos distribuídos até 31/12/2022 no STM.
- Justiça Militar Estadual: todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há 3 anos (2021) ou mais e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nas Auditorias, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2023 no 2º grau.

Filtrar por: TRE-PB Eleitoral Militar da União

135,29% 82.35%





Metas Nacionais do Poder Judiciário 2024



Meta 4 Meta 2 Meta 3 Meta 5 Meta 6 Meta 8 Meta 9 Meta 10 Meta 11 Downloads Meta 1

Painel atualizado em 02/09/2025 com dados de referência de 31/07/2025

Meta 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais (STJ, Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Eleitoral e Justiça Militar da União e dos Estados)

Identificar e julgar até 31/12/2024:

- Superior Tribunal de Justiça: 90% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública
- distribuídas até 31/12/2022.

 Justiça Estadual: 65% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até
- 31/12/2020, em especial as relativas a corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão.

 Justiça Federal: 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas aos crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2021
- Justiça Eleitoral: 100% dos processos referentes às eleições de 2020 e 60% dos processos referentes às eleições de 2022, distribuídos até 31/12/2023, que
- possam importar na perda de mandato eletivo ou em inelegibilidade.

 Justiça Militar da União: 99% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até
- 31/12/2022 no STM, e 95% das distribuídas até 31/12/2021 no 1º grau.

 Justiça Militar Estadual: 95% das ações penais relacionadas aos crimes contra a Administração Pública, abrangendo, inclusive, a Lei 13.491/17, distribuídas até 31/12/2022 no 1º grau, e pelo menos 95% das distribuídas no 2º grau até 31/12/2023.

Filtrar por: TRE-PB

Militar da União Militar Estadual Estadual

96,15%

121.21%

